

Um Legalista da Legitimidade

VAMIREH CHACON

A recente reedição do livro do general e parlamentar Euclides Figueiredo, "Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932", trouxe novas luzes à compreensão do movimento tenentista e suas sequelas. A historiografia brasileira ficou devendo muito ao esforço de Guilherme Figueiredo, que não cessa de cultivar a memória do pai.

Vem-se tornando moda, entre os historidadores políticos, responsabilizar o tenentismo por fracassos até há pouco obscurecidos pelo romantismo da sua saga. Tende-se então a ir ao extremo oposto: um excessivo rigor cobrando o que os tenentes não podiam ter feito, dentro da sua concepção renovadora, embora numa perspectiva de emergente classe média. Com suas antecipações e limitações.

Sucedem-se que o fenômeno foi previsto, e não só acompanhado, por ativos testemunhos da época. Entre eles se destaca, por exemplo, o coronel, depois general e deputado federal Euclides Figueiredo.

O referido personagem, hoje histórico, aderira à Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932, nela desempenhando um papel-chave, sob argumentos muito lúcidos. Para ele, a revolução da Aliança Liberal, em 1930, não só fora precipitada quanto desencadeadora de muitos imprevistos. Todos girando em torno da suspensão do exercício do voto, "descendo até a agremiações particulares e, em vez de incitar os cidadãos ao respeito às leis, fê-los descrer delas, para se tornarem autômatos temerosos do poder exercido pela força".

Pois, "o exercício do voto livre para a escolha dos seus mandatários, por muitas vezes repetido, apontando defeitos das leis e corrigindo vícios reconhecidos na prática, só ele será capaz de formar cidadãos capacitados das suas responsabilidades e crenças na sua força para a gestão dos negócios públicos". Eis uma profissão de fé realista e gradualista na democracia. Daí concluir: "Eram coisas que o tempo, acarretando constantes remodelações, haveria de introduzir nos nossos costumes, dentro da ordem legal, sem abalos, sem violências".

São Paulo, com larga tradição de iniciativa na sociedade brasileira, tomou em 1932 a frente da normalização de uma ordem conturbada, dois anos antes, em nome de ambíguo progressismo. Nas palavras de Euclides Figueiredo, "o sentimento de revolta tomava forma de uma esperança de legalidade. O problema já não era apenas o da autonomia de um Estado: era o da constitucionalização de todo o País, e envolvia todos os espíritos democratas, os que se opuseram em 1930 em defesa da ordem legal e os que marcharam em 1932 no firme propósito de restaurá-la".



General Euclides de Figueiredo

Eleito deputado federal pela União Democrática Nacional em 1946 para a Assembléia Constituinte, Euclides Figueiredo permaneceu fiel aos ideais de juventude. Na sessão de 3 de junho daquele ano, tinha autoridade moral para proclamar: "Estou onde sempre estive; em defesa dos ideais democráticos, pelos quais sempre pugnei".

Ali ele se empenhou, quase pioneiramente, ao lado de colegas, no combate à burocratização, acelerada pelo Estado Novo. Na mesma sessão, propunha a extinção do Departamento Nacional do Café, onde "as queixas dos interessados, comerciantes e produtores, nunca eram tomadas na devida consideração". Era a consciência da fundamental importância da sociedade organizar-se e defender-se, em colaboração com o Estado, sem dúvida, porém, nunca submissa a ele.

Na mesma linha, nas sessões de 16 de junho a 1.º de setembro ainda em 1946, Euclides Figueiredo defendia a anistia, não só para os políticos, que dela aliás já estavam gozando e esquecidos com frequência dos demais, quanto para o povo anônimo e desamparado, também atingido indiscriminadamente pelo artigo 177 da Constituição estadonovista, instrumento de injustiças por ele denunciado em especial na sessão de 7 de abril de 1947.

Ao longo de todo o processo, Euclides Figueiredo nunca esqueceu terem sido as Forças Armadas, em 1945, as restauradoras dos "direitos públicos, da justiça e da lei, tal como a reclamava a consciência democrática dos brasileiros". E evocando o brigadeiro Eduardo Gomes, máximo traço de união entre 1922 e 1945, repelia todas as ditaduras, fossem

elas "o Brasil estado-novista, ou a Espanha franquista, ou o Portugal salazarista".

O general Canrobert Pereira da Costa, então ministro da Guerra, logo agradeceu a um destes discursos, proclamando, da sua parte, que "o golpe de 29 de outubro (de 1945) foi obra do mais puro patriotismo e as responsabilidades dele decorrentes caem inteiramente sobre as Forças Armadas nacionais, embora tivessem os militares obtido, nesse passo de indeclinável dever, o apoio unânime da opinião pública".

Eram o reconhecimento e o prosseguimento de uma tradição pacificadora, que chegou a cogitar o Duque de Caxias, jamais se vingando dos vencidos, apesar de adeptos de radicalismos e até separatismos. Tradição encontrando sua raiz imperial nos acordos de 1822 e 1924, reconciliadores do Brasil com Portugal e, depois, na abdicação de Pedro I, do Brasil consigo mesmo. Linha sempre reencontrada ao longo de todas as crises do reinado de Pedro II e da República Velha, interrompida mais em 1937 que em 1930.

Não faltaram militares brasileiros côncios de tudo isto, de Caxias a Eduardo Gomes, no meio de tantos percalços. Euclides Figueiredo, muito antes de historiadores e cientistas políticos comodamente refestelados na posteridade, reconheceu a continuidade destas causas e a elas tentou sempre se incorporar. Não que estivesse sozinho, ao lado de companheiros críticos da euforia tenentista, sem os ardores da juventude e da classe média inflamada com suas descobertas e conquistas.

Vamireh Chacon é historiador, analista político e professor de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, tendo retornado recentemente de viagem à Europa.